

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

17/10/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Economistas elevam expectativa para 2017 e inflação volta a ficar na meta

A perspectiva de economistas para a inflação neste ano subiu e voltou a ficar dentro da meta oficial do governo, mas o mercado ainda vê a taxa básica de juros caindo a nova mínima história. Pesquisa Focus do Banco Central divulgada nesta segunda-feira (16) mostrou que a projeção de alta do IPCA, índice que mede a inflação, passou a 3% em 2017, contra 2,98% na avaliação anterior. Esse patamar representa exatamente o piso da meta para este ano e 2018, fixada em 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. Para 2018, os economistas consultados não fizeram ajustes e continuaram vendo alta de 4,02%. Nos dois casos, os especialistas elevaram as contas para os preços administrados (controlados pelo governo, como tarifas de telefonia e energia), passando a 6,66% neste ano, sobre 6,6% antes, e a 4,8% em 2018, contra 4,7%. Para a política monetária, o Focus mostrou que o mercado manteve a projeção de corte de 0,75 ponto percentual na taxa básica de juros neste mês. A Selic está atualmente em 8,25% e, para esse ano e o próximo, a expectativa é de que a terminará a 7%. O Top-5, grupo que mais acerta as previsões, também vê a Selic nesse patamar em ambos os anos, sem alterar as contas. As expectativas para a economia melhoraram na pesquisa, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano calculado agora em 0,72%, 0,02 ponto percentual a mais do que na semana anterior. Para 2018, a conta foi a 2,5%.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 17/10/2017

Restituição do IR dá R\$ 2,8 bi a 2,3 milhões de contribuintes

O crédito bancário do quinto lote de restituição de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2017 foi liberado ontem. Contempla mais de 2,3 milhões de contribuintes com R\$ 2,8 bilhões. Também foi liberada a restituição residual dos exercícios de 2008 a 2016, totalizando mais de 2,4 milhões de contribuintes, no valor de R\$ 3 bilhões. Desse total, R\$ 99,289 milhões se referem aos contribuintes com prioridade no recebimento: 22.351 idosos e 2.849 contribuintes com alguma deficiência física, mental ou doença grave. A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá fazer requerimento por meio da internet, mediante o Formulário Eletrônico - Pedido de Pagamento de Restituição, ou diretamente no e-CAC, no serviço Extrato do Processamento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda - Pessoa Física - DIRPF. Caso o valor não seja creditado, o contribuinte poderá contatar pessoalmente qualquer agência do Banco do Brasil ou ligar para a Central de Atendimento por meio do telefone 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 17/10/2017

Padilha e Meirelles acertam como desidratar reforma da Previdência

O Palácio do Planalto e o Ministério da Fazenda concordaram, pela primeira vez, em reduzir o pacote de mudanças da reforma da Previdência, em um último esforço para tentar votar a proposta ainda neste ano. O sinal verde para a desidratação do projeto foi dado em reunião na semana passada entre os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Henrique Meirelles (Fazenda), o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, e o relator da reforma na Câmara, Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). A equipe econômica e o núcleo político do Planalto pretendem reabrir negociações sobre a proposta após a votação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer – o que deve ocorrer até o fim deste mês. Segundo o cronograma de integrantes do governo, o novo texto poderia ser levado ao plenário da Câmara ainda em novembro e votado no Senado até o fim do ano legislativo, em 22 de dezembro. Desde que a proposta foi aprovada em uma comissão da Câmara, em maio, o Planalto sofre pressão de deputados para reduzir os pontos da reforma da Previdência. O aval para a flexibilização do projeto, entretanto, só foi dado na última semana. O governo aceitou negociações mais amplas com a base aliada por entender que a crise política aberta com as acusações de corrupção contra o presidente inviabilizou a aprovação de regras de aposentadoria mais rígidas. O Planalto e a Fazenda concordaram em abrir mão de parte da proposta aprovada na comissão, desde que sejam preservados três pilares: idade mínima (65 anos para homens e 62 para mulheres), o tempo de contribuição de pelo menos 25 anos e uma regra de transição.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 17/10/2017

Reforma da Previdência terá menos alterações

SANDRO THADEU

DA REDAÇÃO

A ideia de propor uma reforma da Previdência mais enxuta, revelada pelo deputado federal santista e vice-líder do Governo Temer, Beto Mansur (PRB), em entrevista concedida para A Tribuna, no dia 7 de setembro, tornou-se realidade.

Esse plano B se deve à grande dificuldade de a Câmara Federal aprovar, na íntegra, o texto validado pela comissão especial da Casa, em maio.

Ele terá como base três itens: a idade mínima da aposentadoria, o tempo mínimo de contribuição e uma regra de transição para quem já contribui hoje com a Previdência.

Mansur revelou ontem para a Reportagem que, se essa "proposta factível" tiver o aval do Congresso Nacional, o Governo Federal poderá economizar cerca de R\$ 400 bilhões nos próximos dez anos – cerca de 50% do projetado inicialmente pelo Ministério da Fazenda.

A estimativa é que a reforma seja colocada para apreciação em plenário no próximo mês, após a Casa analisar a segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer (PMDB), programada para ocorrer daqui a duas semanas.

Fonte: Jornal A Tribuna – 13/10/2017

Licença-paternidade e a desigualdade na criação dos filhos

A imagem de um pai participativo ainda causa estranhamento na sociedade brasileira. Homens que cuidam da casa, dos filhos e dos interesses particulares chegam, muitas vezes, a ganhar espaço na mídia como exemplos por desenvolver tarefas que, em geral, fazem parte da rotina das mulheres. O desempenho desses papéis faz parte da cultura e está, inclusive, nas leis. Uma das regras que expressam essa diferença é a licença-paternidade. Enquanto as mães com carteira assinada têm entre quatro e seis meses garantidos para se dedicar à criação dos filhos, a maior parte dos pais na mesma situação de emprego conta com apenas cinco dias. "Já é um recado de que quem tem que cuidar é a mãe. Isso faz com que a maioria das famílias já se configure a partir disso e não questione essa desigualdade, inclusive porque, muitas vezes, elas não têm capacidade, até financeira, de fazer diferente", diz Roger Pires, jornalista, realizador audiovisual e pai de Lourenço, de 1 ano. Participante do Movimento Paterno, grupo que reúne pais em Fortaleza, ele lançou o curta "5 dias é pouco", feito para reivindicar o aumento da licença-paternidade no Brasil. O grupo considera que o tempo maior de afastamento do trabalho é um direito do pai, dos bebês e das mães.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12 e 13/10/2017

Pais em casa - a Licença Paternidade Ampliada é um Benefício para reter funcionários e aumentar o engajamento na empresa

Em 2016, a licença-paternidade no Brasil passou de cinco para 20 dias para contratados por empresas participantes do programa Empresa Cidadã, beneficiando cerca de 3 milhões de trabalhadores. Algumas companhias, porém, vão além do que a legislação exige. A fabricante de bens de consumo Johnson & Johnson é uma das que estão inovando nessa área. Ela acaba de estender globalmente a licença-paternidade para 40 dias úteis. A medida começou a ser testada nos Estados Unidos em 2015 e impulsionou o planejamento familiar dos funcionários.

"Em dois anos vimos uma evolução na adoção de nossos valores de igualdade de gêneros", diz Peter Fasolo, vice-presidente global de recursos humanos da Johnson & Johnson. A legislação de políticas parentais mundo afora é bem variada. O caso da Suécia é emblemático. Em 1974, o país foi pioneiro ao criar a licença-paternidade - hoje são três meses por lá. Há empresas que consideram a licença parental um tipo de benefício que promove a retenção de talentos e o maior engajamento dos funcionários.

Fonte: Revista Exame - Edição 1138 / ano 51 - nº 10

Servidores públicos podem contar com prazo maior ao lado dos filhos

A luta pela ampliação da licença-paternidade tem causado alterações normativas. Desde maio de 2016, servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais passaram a contar com mais 15 dias de licença, além dos cinco assegurados pela Constituição Federal. A regra vale, inclusive, para quem adotar ou obtiver guarda judicial de criança de 0 a 12 anos incompletos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12 e 13/10/2017